



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº 338/25  
Fl. Nº 012

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)**

**1.1 Descrição do objeto**

Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/PMRC no atendimento da Rede de Atenção Hospitalar de Saúde, incluindo Hospital Nossa Senhora da Piedade, Hospital Padre Alfredo Oekers, Spa Passa Três e demais unidades de atendimento que necessitam de medicamentos do Componente Hospitalar.

**1.2 Especificação do produto/quantitativos**

	CÓDIGO	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
1	0335091	ACETILCISTEÍNA	100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML	300	FRASCO-AMPOLA
2	0278338	ACIDO TRANEXÂMICO	COMPRIMIDO 250MG	500	COMPRIMIDO
7	0276839	AGUA DESTILADA	SOLUÇÃO INJETÁVEL 500ML	1000	FRASCO/BOLSA
13	0271100	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTÁSSIO	1G +200MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE	2.000	FRASCO-AMPOLA
14	0267515-1 0267515-2	AMPICILINA	500MG CAPSULA - COMPRIMIDO	500	COMPRIMIDO - CAPSULA
22	0270597	BETAMETASONA, ACETATO + BETAMETASONA	FOSFATO DISSODICO 3 + 3MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVEL 1ML	1.000	AMPOLA
23	0268222	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4%	SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	800	FR/AMP
24	0268069	CLORPROMAZINA 5MG/ML	INJETÁVEL, AMPOLA 5ML	150	AMPOLA
48	0270999-1	DICLOFENACO DE POTÁSSIO	25MG/ML, INJETÁVEL, AMPOLA	400	AMPOLA
50	0272334	DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA	50+50 SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	AMPOLA
51	0268000	DIPIRONA SÓDICA	300MG SUPPOSITÓRIO INFANTIL	100	SUPPOSITÓRIO
55	0272636	ENFLURANO LÍQUIDO INALANTE	LÍQUIDO INALANTE 100ML	3	FRASCO
64	0396853-1	FENILEPRINA+TETRACAÍNA	SOLUÇÃO OFTÁLMICA 1+10MG/ML 5ML	20	FRASCO
65	0267107	FENITOÍNA SÓDICA 100MG	SOLUÇÃO INJETÁVEL 50MG/ML 5ML	500	AMPOLA
69	0271950-3	FENTANILA, CITRATO	SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,05MG/ML 10ML	1.000	FRASCO
71	0272948	FLUORESCÉINA SÓDICA	10%, SOLUÇÃO	15	FRASCO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO N° 338125

FL. N° 013



			OPTÁLMICA, FRASCO 3ML		
72	0393846	HIDROXIETILAMIDO +CLORETO DE SODIO 6%	SISTEMA FECHADO 500ML	50	BOLSA
74	0270019	GLICONATO DE CALCIO	SOLUCAO INJETAVEL 10% 10ML	400	AMPOLA
82	0268462	HALOTANO, SOLUÇÃO INALANTE, FRASCO 100ML	FRASCO	3	FRASCO
85	0268130	LEVOMEPRIMAZINA, CLORIDRATO	40 MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20 ML	30	FRASCO
100	03587755	MISOPROSTOL	200MCG COMPRIMIDO	1.000	COMPRIMIDO
107	0268277	OCITOCINA, 5 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	INJETAVEL 1ML	2.000	AMPOLAS
111	0272329	PETIDINA	SOLUCAO INJETAVEL	100	AMPOLA
114	0269571-1	PROXIMETACAÍNA	CLORIDRATO 0,5 % SOLUÇÃO OPTÁLMICA 5 ML	20	FRASCO
115	0267735	RANITIDINA.CLORIDRATO	SOLUCAO INJETAVEL 25MG/ML 2ML	3.800	AMPOLA
116	0269567	PANCURÔNIO BROMETO 4MG, INJETÁVEL, AMPOLA 2ML	AMPOLA 2ML	100	AMPOLA
117	0272839	RISPERIDONA	1MG COMPRIMIDO	1.500	COMPRIMIDO
121	0365454	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SÓDIO	714 + 7,7 MG/G SUPOSITÓRIO 6,5G	700	SUPOSITÓRIO
129	0274561	TROPICAMIDA	SOLUÇÃO OPTÁLMICA 1% 5ML	20	FRASCO
140	0375656	NO MÍNIMO 4 MICROORGANISMOS, LACTOBACILUS: ACIDOPHILUS E CASEI, BIFIDOBACTERIUM 100 MILHÕES A 1 BILHÃO UFC + FOS PÓ 6 G	SACHÊ	200	SACHE
142	0332917	VASOPRESSINA	UI/ML AMPOLA 1ML	150	FRASCO/ AMPOLA

## 2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art.6, XXIII, a da Lei 14.133/2021)

2.1 O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da data da assinatura. Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Secretaria promover a solicitação de acordo com suas necessidades,



obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.

### 3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Os itens 1, 5, 7, 13, 14, 23, 42, 48, 50, 54, 56, 64, 65, 71, 72, 74, 82, 85, 100, 107, 111, 114, 115, 116, 117, 121, 129, 140 e 142 tiveram resultado deserto ou fracassado na solicitação de registro de preço - processo 113/25 (pregão presencial 13/2025) e necessitam de nova tentativa de aquisição, para obtenção de registro de preço.

3.2. O item 22 precisará de uma nova cotação devido ao aumento do seu consumo. Já o item 77 teve a dosagem incorreta aplicada no processo 13/2025.

3.3 Os quantitativos solicitados foram aumentados significativamente, por entendermos que na modalidade Registro de Preço não há obrigatoriedade de bloqueio orçamentário e nem obrigatoriedade de adquirir as quantidades contidas nesta requisição, baseia-se este pedido na garantia de oferecer à população de Rio Claro um acesso adequado aos medicamentos e promover o uso racional, diminuindo desta forma as demandas judiciais

3.4 No que se refere à opção da adoção do Sistema de Registro de Preço, tal decisão foi baseada por não ser possível definir previamente e com exatidão o quantitativo do objeto a ser demandado, evitar contratações frequentes e por ser tratar de bens perecíveis que exigirão entregas parceladas.

### 3.5 Metodologia do Quantitativo

A metodologia de quantitativo é aplicada através de relatório de consumo no sistema Hórus.

### 3.6 Justificativa do Quantitativo Solicitado

Os quantitativos solicitados foram aumentados significativamente, por entendermos que na modalidade Registro de Preço não há obrigatoriedade de bloqueio orçamentário e nem obrigatoriedade de adquirir as quantidades contidas nesta requisição, baseia-se este pedido na garantia de oferecer à população de Rio Claro um acesso adequado aos medicamentos e promover o uso racional, diminuindo desta forma as demandas judiciais

## 4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 As devidas cotações foram realizadas pelo Departamento de Compras onde o menor valor e disponibilidade da empresa em fornecer os OPMEs de maneira imediata.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste termo de referência.

### 5.2 Garantia da Execução do Contrato





5.2.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1. Por ser uma compra de materiais cujo objeto será cumprido no momento da entrega do material

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 6.1 Qualificação Técnica

Serão exigidas especificação técnica dos OPMEs.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e da Lei 14.133/2021)

7.1 A entrega dos medicamentos deverá ser única e integral de acordo com as necessidades, feita em até 15 (dez) DIAS CORRIDOS após a assinatura do instrumento de contrato, ou da simples retirada da nota de empenho, quando for o caso. Ressalvados os casos em que a Administração Pública, previamente, e em decisão fundamentada, autorizar a dilação desse prazo de entrega. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do produto ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado.

7.2 Os bens deverão ser entregues Rodovia Saturino Braga, Bairro Guarita Cep: 27.475-000, Rio Claro-RJ. no horário de 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min ou em local previamente estabelecido e sinalizado no momento do envio da nota de empenho.

7.3 Os medicamentos com validade **IGUAL, INFERIOR OU SUPERIOR a 24 meses** – no mínimo 50% (cinquenta por cento) da sua validade, a partir da data de fabricação do produto.

7.3.1 O critério de validade mencionado faz-se necessário em razão do processo para a realização do pedido possuir, via de regra, previsão para 06 (seis) meses de consumo, sendo influenciado por fatores diversos, tais como fortuitos sazonais, questões técnicas relacionadas a produção dos laboratórios, logística na entrega, surtos de doenças específicas e alterações generalizadas na demanda.

7.3.2 A entrega de produtos com prazo de validade diferente do que foi previsto na cláusula 7.3 só poderá ocorrer mediante autorização PRÉVIA da Área do Núcleo de Assistência Farmacêutica, mediante a emissão de CARTA DE COMPROMISSO DE TROCA sem qualquer encargo, termo ou condição. A eventual presença desses elementos acidentais incluídos unilateralmente pela CONTRATADA no instrumento citado será considerada não escrita pela Administração Pública, podendo, a qualquer tempo, revogar eventual autorização de entrega com prazo de validade diverso, e deflagrar o processo punitivo contra aqueles que descumprirem as regras contratuais originárias e demais ajustes firmados supervenientemente com a Administração.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nos instrumentos convocatórios (Edital, Termo de Referência e



Proposta), devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, fica designado a Servidora Cláudia Teresinha Cunha da Silva Mat 21/312, para acompanhar e fiscalizar a execução da entrega dos medicamentos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário a regularização de faltas ou defeitos observados.

8.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente a Administração ou terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

## 9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

9.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021.

9.2 Considera-se como marco inicial na ordem cronológica de exigibilidade, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a data do "atesto" da nota fiscal eletrônica, danfe, fatura ou documento equivalente pela unidade administrativa responsável pelo contrato.

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)

10.1 A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com base no valor, o qual está sendo utilizado como base para elaboração deste termo de referência, uma vez que ele dispõe do mesmo objeto a ser contratado.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

10.1 O custo estimado da contratação será feita com o menor valor, atendendo todas as especificações técnicas

## 11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES



### 13.1 DA CONTRATADA

11.1.1 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes de cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde de Rio Claro-RJ;

11.1.2. Responsabilizar-se por possíveis danos causados diretamente pela administração ou por terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos medicamentos, incluindo o transporte e o frete, se necessários;

11.1.3. Ter ciência de que os Medicamentos que forem entregues em desacordo com o especificado neste projeto básico, ou na proposta da empresa vencedora, será rejeitado parcial o totalmente, conforme o caso;

11.1.4. Entregar os Medicamentos no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se às leis do consumidor e à avaliação da equipe de profissionais da Secretaria de Saúde (almoxarifado e do Centro de abastecimento farmacêutico), para recebimento e análise condicional dos medicamentos;

11.1.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do fornecimento do medicamento;

11.1.6. As distribuidoras e as empresas produtoras de medicamentos deverão apresentar:

- *Autorização de funcionamento junto à anvisa (atualizada);*
- *Licença sanitária junto à visa (vigilância sanitária - atualizada);*
- *Certificado de regularidade técnica expedido pelo CRF (atualizado);*
- *Deverá vir impresso nas embalagens a expressão - "proibido a venda pelo comércio" (port. 2.814/gm de 29 de maio de 1998);*
- *Os medicamentos com validade IGUAL, INFERIOR OU SUPERIOR a 24 meses no mínimo 50% (cinquenta por cento) da sua validade, a partir da data de fabricação do produto;*
- *Deverão ser entregues separados por lotes e data de validade, com os respectivos quantitativos impressos na nota fiscal;*
- *Todos os lotes deverão vir acompanhados de laudo analítico-laboratorial, expedido pela empresa produtora;*
- *Registro sanitário do produto;*

### 12.2 DA CONTRATANTE

12.2.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações assumidas;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PROCESSO N° 338/25  
FL. N° 018

12.2.2 Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento;

12.2.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos: quantitativo e qualidade comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

12.2.4 Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Termo de Referência e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para o Contratante ou modificação das obrigações;

12.2.5 Somente efetuar pagamentos à CONTRATADA quando comprovada sua regularidade fiscal, que obrigatoriamente, precederá a liquidação da despesa pelo Setor Financeiro e Contábil do Fundo Municipal de Saúde;

12.2.6 Rejeitar qualquer serviço e equivocadamente em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;

12.2.7 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento dos materiais no prazo de vigência do contrato;

12.2.8 Proporcionar condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato e legislações pertinentes;

12.2.9 Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Termo de Referência;

12.2.10 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após a realização dos serviços/confirmação da execução contratual, estando de acordo com emissão da Nota Fiscal.

### **13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art.6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)**

Em anexo...

### **14. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

14.1 Para efetiva participação da CONTRATADA no certame, na dispensa ou na inexigibilidade, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ, fará o tratamento dos dados pessoais dos representantes legais e outros, de acordo com o definido nas legislações vigentes, e zelar e responsabilizar-se-á pela proteção dos dados e privacidade;

14.2 A CONTRATADA obriga-se, durante a participação em todas as fases do procedimento, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, especialmente a regulamentação municipal e a Lei nº 14.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PROCESSO Nº 338/25  
PL Nº 019  
2025

14.3 O MUNICÍPIO DE RIO CLARO E A CONTRATADA, ao realizar o tratamento de dados pessoais, o farão de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

14.4 A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, zelando e responsabilizando-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

14.5 É vedada à CONTRATADA a utilização de qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, no processo de dispensa e inexigibilidade de licitação para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhe forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

14.6 A CONTRATADA fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO DE RIO CLARO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

14.7 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais.

14.8 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO DE RIO CLARO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste instrumento quanto a proteção e uso de dados pessoais.

14.9 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

14.10 As disposições no tocante proteção de dados permanecem durante toda execução do objeto a ser contratado, sem prejuízo de novas cláusula definidas no instrumento contratual resultante deste procedimento, na medida de abrangência dentro de seu escopo. Mesmo que encerrada a vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

14.11 Por ocasião da assinatura do futuro contrato, a(s) empresa(s) sagrada(s) vencedora(s), deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PROCESSO Nº 338/25  
Fl. Nº 020

mercado, a fim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais em sua estrutura organizacional.

14.12 Por ocasião da assinatura do contrato, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ poderá solicitar à(s) EMPRESA(s) vencedora(s) do certame dados de contato do seu respectivo encarregado de dados, conforme exigidos nos documentos de habilitação jurídica.

14.13 A LICITANTE, para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ deverá acessar o link [www.rioclaro.rj.gov.br](http://www.rioclaro.rj.gov.br) e, para maiores informações, poderá entrar em contato com o Encarregado de Dados por meio do endereço eletrônico de email [lgpd@rioclaro.rj.gov.br](mailto:lgpd@rioclaro.rj.gov.br).

**15. GERAIS**

Não há disposições gerais.

**16. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA**

16.1 orçamentos dos OPMEs

Rio Claro-RJ, 13 de JUNHO de 2025.

Cláudia Teresinha Cunha da Silva

Farmacêutica- CRF 10503

Matricula: 21/2013